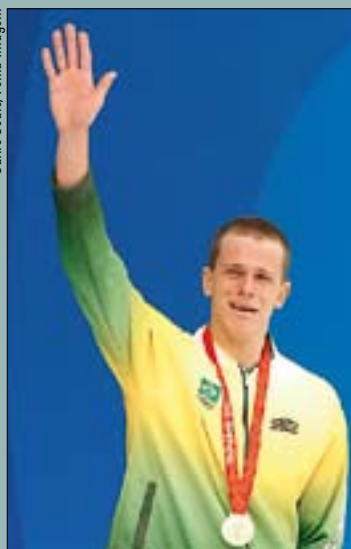


ALVARO COBRA POLÍTICA PARA OS ESPORTES

AP/Diágnosis



Satiro Sodré/Folha Imagem



cEsportes



Diego Hypólito desculpou-se por não ter conquistado medalha; César Cielo conseguiu duas; e Fernanda Oliveira e Isabel Swan ganharam o bronze na vela

O senador Alvaro Dias afirmou ontem que a conquista, pelo Brasil, de poucas medalhas nas Olimpíadas de Pequim é resultado da falta de uma política para os esportes. Ao referir-se à entrevista do ginasta Diego Hypólito, que se desculpou por não ter se classificado entre os primeiros, o senador perguntou: "Quem deve pedir desculpas, o Diego ou os governantes? Ele é vitorioso". 4

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.862 – Brasília, terça-feira, 19 de agosto de 2008

Wikipédia



Garzón visitará eventos em São Paulo e encontrará autoridades em Brasília

Garibaldi recebe juiz que prendeu Pinochet

O juiz Baltasar Garzón, integrante da Suprema Corte da Espanha, será recebido hoje por Garibaldi Alves. Foi Garzón quem decretou, em 1998, a prisão do ex-ditador chileno Augusto Pinochet. 4

Geovani quer inclusão de pessoas com deficiência

Geovani Borges chamou atenção para a necessidade de inclusão das pessoas com deficiência, para que possam exercer plenamente seus direitos civis, sociais, políticos e econômicos. 4

Senado tenta votar MP que muda legislação tributária

Pauta está travada por dois projetos oriundos de medidas provisórias. O líder do governo, Romero Jucá, acredita que será possível aprovar hoje apenas o primeiro item. 3

Parlamento do Mercosul cria Observatório da Democracia

Novo organismo começa a atuar visitando a Bolívia, onde há rumores de que o resultado dos referendos revogatórios promo-

vidos há poucas semanas não está sendo acatado. Na mesma reunião, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, afirmou que é

preciso eliminar as duplas tarifas de importação entre os países do bloco. O Brasil preside o Mercosul no segundo semestre de 2008. 2



Marcia Meniz

Celso Amorim (C) na reunião do Parlasul que também aprovou declarações de apoio ao esforço que garantiu o resgate da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt

Países que integram o Mercosul decidem criar organismo que contribua para a preservação da democracia no continente. Na mesma reunião, chanceler brasileiro diz que eliminação de duplas tarifas de importação é urgente

Criado o Observatório da Democracia do Parlasul, que visitará a Bolívia

FOI APROVADA POR unanimidade ontem, em reunião em Montevideu, a criação do Observatório da Democracia, do Parlamento do Mercosul (Parlasul), integrado por parlamentares de todos os países do bloco, uma proposta da deputada argentina Beatriz Rojkes e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que preside a Representação Brasileira no Parlasul. A proposta inclui declaração sobre os referendos revogatórios na Bolívia expressando a "mais sincera admiração pelo povo-irmão da Bolívia, que, de forma madura e responsável, manifestou-se pacificamente nas urnas nos recentes referendos revogatórios". Declara, ainda, seu apoio "incondicional" à democracia boliviana, a suas instituições e a quaisquer processos que tenham por objetivo estabelecer diálo-

gos produtivos entre oposição e governo bolivianos. Integrantes do Observatório visitarão o país em razão das notícias de que o resultado das urnas não estaria sendo respeitado, "o que poderia agravar o atualmente instável cenário político-institucional da Bolívia".

Menos tarifas

Na mesma reunião, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que a eliminação da dupla cobrança de tarifas de importação entre os países do Mercosul exigirá atenção urgente e prioritária neste semestre em que o Brasil ocupa a presidência do bloco. Segundo o ministro, a medida facilitará as negociações externas do mercado comum, como as que ocorrem no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC),



Celso Amorim e Aloizio Mercadante (C) se dirigem à mesa do Plenário do Parlasul

abrirá novas oportunidades para o desenvolvimento integrado das cadeias produtivas regionais e terá efeitos positivos no comércio intrazona.

O chanceler anunciou a definição de um Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias (diferenças no nível de

desenvolvimento de cada um dos países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) a fim de que o Mercosul seja equilibrado e benéfico para todos. Ele citou como parte desse esforço o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, que já beneficia muitas comunidades.

Mercadante defende agência de desenvolvimento do bloco

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu ontem, em Montevideu, a criação de uma agência de desenvolvimento para elaborar projetos de integração visando obter recursos junto a fontes de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa agência comum, segundo o senador, patrocinaria os grandes projetos do bloco. Para ele, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, o Focem, será insuficiente para as necessidades da integração regional.

Mercadante falou sobre a proposta durante café-da-manhã que reuniu os deputados e senadores da Representação Brasileira, o representante do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul, embaixador Régis

Arslanian; o subsecretário-geral para a América do Sul e coordenador nacional do Mercosul, embaixador Enio Cordeiro; e o diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, Bruno Bath.

Os parlamentares também discutiram os principais itens da pauta da 12ª sessão ordinária do Parlamento regional, que se encerra hoje na capital uruguaia.



Mercadante (de pé, à dir.) e Azeredo (ao centro, na foto à dir.) em reunião do Parlasul

Parlamento quer respeito aos direitos humanos no continente

O Parlasul aprovou também declaração na qual congratula o povo e as autoridades colombianas pelo resgate da senadora Ingrid Betancourt, que foi refém das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Por iniciativa do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o Parlasul declara ainda seu apoio à liberação dos demais reféns e seu entendimento de que todos os grupos políticos e Estados do

continente têm de observar "estricto e incondicional respeito" aos direitos humanos.

Metas sociais

A Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlasul resolveu encaminhar às nações do bloco um pedido de informações sobre o prazo para a erradicação do analfabetismo em cada país e os instrumentos que serão usados, informou Cristovam Buarque (PDT-DF).

Quarta Frota

Pedro Simon (PMDB-RS) relatou as providências do Senado em relação à reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos – entre as quais, visita ao embaixador norte-americano e envio de carta aos candidatos à Presidência daquele país – e sugeriu que os outros integrantes do Mercosul também se manifestem.

Agenda

A AGENDA COMPLETA, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.

Plenário tem pauta trancada por duas medidas provisórias

Às 14h, a sessão é deliberativa. Dois projetos de lei de conversão, provenientes de medidas provisórias, trancam a pauta e devem ser votados.

Garibaldi recebe juiz espanhol

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 11h, a visita do juiz Baltasar Garzón, da Suprema Corte espanhola, e o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

CPI das ONGs analisa hoje 27 requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs se reúne após a ordem do dia para a votação de 27 requerimentos de informação, de convocação de novos depoentes e de transferência de sigilo bancário e fiscal.

CMA vota proposta sobre efeitos da seca na Amazônia

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para a votação de 12 itens. Entre os projetos em pauta encontra-se o que institui a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia. Também deverá ser analisado requerimento de audiência pública sobre formas de combate à pirataria na indústria fonográfica e audiovisual.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Geovani Borges

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Quatro propostas da CPI das ONGs estão na pauta da Comissão de Justiça

Quatro projetos elaborados pela Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs), que funcionou em 2001 e 2002, poderão ser votados amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As quatro propostas são relatadas pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Um deles, o PLS 11/03, caracteriza como crime a divulgação, em território nacional, de "mapa ou qualquer documento

que o retrate ou o descreva sem parte dele integrante".

Em seu relatório, Mozarildo explica que o projeto foi elaborado devido à veiculação de mensagens, no Brasil e no exterior, acerca do status jurídico de determinadas áreas brasileiras. Como exemplo, ele cita a falsa notícia de que, em escolas primárias e secundárias norte-americanas, a Amazônia Legal apareceria no mapa como espaço internacional e, portanto, pertencente à comu-

nidade dos países.

Outra proposta (PLS 12/03) condiciona o funcionamento de entidades que tenham sócios estrangeiros e que atuem na região amazônica à autorização do Ministério da Justiça e à elaboração de relatório bienal sobre suas atividades.

Também está na pauta o projeto de lei (PLS 8/03) que obriga as pessoas jurídicas de direito privado a se registrarem no cartório da região em que funcionam suas sedes, facilitando, dessa forma, o controle por parte do governo. Segundo explica Mozarildo, não existe segurança jurídica em caso de fundações e organizações não-governamentais (ONGs), que podem ser registradas em qualquer unidade da Federação, mesmo atuando em regiões distintas.

Consta também da pauta o projeto (PLS 10/03) que obriga o hasteamento diário da Bandeira Nacional em todos os núcleos habitacionais da

Amazônia Legal. O projeto previa apenas o hasteamento em dias de festa ou de luto nacional, em todas as repartições públicas, estabelecimentos de ensino e sindicatos. Mas segundo Mozarildo, a legislação sobre o assunto (Lei 5.700/71) determina o hasteamento semanal nas escolas.

– Vez que o objetivo é demonstrar a soberania nacional nos rincões mais afastados da Amazônia, melhor seria que essa cerimônia fosse diária.

Senadores podem retomar hoje as votações

O líder do governo, Romero Jucá, acredita que há condições para aprovação da medida provisória que concede incentivo no âmbito do PAC da Indústria

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que o Plenário retomará hoje as votações, com o exame do projeto de lei de conversão (PLV 19/08) originário de medida provisória (MP 428/08) que altera a legislação tributária. Ele disse que há condições para a aprovação da matéria.

A proposta concede incentivos fiscais a diferentes setores da economia, como o de empresas exportadoras, o automotivo e o de tecnologia da informação. A renúncia fiscal se dará no âmbito da política de desenvolvimento produtivo – também chamada de PAC da Indústria –, lançada em maio.

Já o PLV 20/08, proveniente da MP 429/08, que autoriza a União a participar do Fundo de Garantia para a Construção

Naval, deverá ser votado apenas na terça-feira da próxima semana. De acordo com Jucá, a medida provisória foi alterada na Câmara dos Deputados para que a União participe com até R\$ 1 bilhão no fundo. A MP original previa o limite de R\$ 400 milhões.

– Somente na terça-feira é que teremos quórum maciço e poderemos, então, votar um número maior de projetos, pois o governo poderá fazer o quórum de 41 senadores – explicou.

Jucá deve reunir-se na manhã de hoje com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, para tratar das votações das MPs que estão na pauta do Senado. Ele também falará com o presidente sobre a MP da dívida agrícola, que foi modificada na Câmara e virá



Primeiro item da pauta do Plenário é a MP que prevê estímulos para setores automotivo, de exportação e de tecnologia da informação

para o Senado como projeto de conversão. Segundo o parlamentar, a alteração foi "substancial" – mudou o indexador

para os financiamentos agrícolas em execução, substituindo-se a taxa Selic pela taxa de juros de longo prazo, que é menor.

– A mudança é significativa e, por isso, precisamos ouvir o governo para discutir as opções – afirmou Jucá.

Preço e atendimento: CMA examina projetos que reforçam defesa do consumidor



Valor de venda à vista poderá ser menor que com cartão de crédito, propõe Adelmir

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) poderá examinar hoje duas propostas para mudar o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). O primeiro projeto, de autoria do senador Adelmir Santana (DEM-DF), permite a prática de preços diferentes

para a venda à vista e com cartão de crédito. De acordo com o PLS 213/07, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não é considerada abusiva a cobrança de um adicional nos pagamentos com cartão de crédito, já que há um acréscimo de custos para o vendedor na venda a cartão.

A outra proposta, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), obriga os serviços eletrônicos ou telefônicos de atendimento ao consumidor a disponibilizarem atendentes imediatamente ou, em caso de pré-agendamento, em até 24 horas, para resolver pendências ou dificuldades, informando nome do atendente

e número do protocolo.

Pelo projeto (PLS 542/07), esses serviços serão obrigados a acolher, no prazo de 48 horas, os pedidos de cancelamento de bens e serviços, sob pena de multa diária de 5% sobre o valor total do contrato ou, no caso de serviços de prestação continuada, sobre a última mensalidade. Além disso, a matéria prevê que os consumidores tenham acesso ao serviço personalizado desde o primeiro contato com o atendimento. A matéria, já aprovada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), será votada em decisão terminativa.



Adelmir Santana

Diretor do MSN e Hotmail no Brasil fala à CPI da Pedofilia na próxima semana

Foi adiada para o dia 26 a audiência na qual a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia ouvirá o diretor do portal MSN/Hotmail no Brasil, Osvaldo Barbosa de Oliveira, e o presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet), Eduardo Fumes Parajo. No dia 27, falam à CPI representantes das empresas Telefônica, Brasil Telecom, Telemar, NET, GVT e Skype.

O tema das audiências será a adoção de medidas que possam

conter a prática da pedofilia na internet.

Iniciada em março, a comissão já obteve resultados inéditos, como a quebra de sigilo de 3.261 álbuns do site de relacionamento Orkut, do Google, denunciados por suspeita de conter pornografia infantil. O trabalho realizado pela CPI ainda levou à assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Google Brasil e o Ministério Público Federal para estabelecer um sistema

de filtro que deve prevenir a publicação de material ilícito no Orkut.

Projetos

O aperfeiçoamento da legislação referente à punição de pedófilos é outra frente de trabalho do colegiado que reúne diversos resultados. O PLS 250/08, por exemplo, de autoria da CPI, foi aprovado por unanimidade pelo Plenário do Senado e encaminhado para deliberação da Câmara.

A proposta criminaliza aquele que comprar, possuir ou armazenar imagens de pornografia ou sexo explícito envolvendo criança ou adolescente, com pena de um a quatro anos de prisão. Também dobra a pena, que hoje é de dois a quatro anos de reclusão, para quem produzir, reproduzir ou fotografar imagens de sexo explícito ou pornografia envolvendo crianças ou adolescentes.

Outra proposição acolhida pelos senadores e enviada

ao exame dos deputados é o PLS 126/08, que determina a prisão preventiva daqueles que respondem a processo de extradição. O terceiro projeto apresentado pela CPI, o PLS 275/08, ainda aguarda deliberação do Plenário do Senado, e prevê a prisão, de cinco a 12 anos, daqueles que induzirem crianças à prostituição, facilitarem a exploração sexual infantil ou dificultarem a saída de menores de situações de abuso sexual.

Garibaldi recebe juiz espanhol Baltasar Garzón

O juiz Baltasar Garzón, integrante da Suprema Corte da Espanha, será recebido hoje pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. O espanhol, que visita o Senado acompanhado do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), Paulo Vannuchi, está no Brasil para participar de encontros com autoridades brasileiras e representantes da sociedade civil em Brasília e São Paulo.

Foi Baltasar Garzón quem decretou, em 1998, a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet, quando este morava em Londres. Preso pela Scotland Yard, Pinochet era acusado da prática de genocídio, tortura e terrorismo, ao longo dos 17 anos da ditadura que comandou no Chile. Pinochet ficou detido durante 503 dias na capital britânica, sendo libertado por razões médicas. No ano 2000, foi extraditado para o Chile, onde morreu em 2006.

Na programação da estada de Garzón em São Paulo, está prevista uma visita ao antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), hoje Estação Pinacoteca, onde se realiza a exposição Direito à Memória e à Verdade, organizada pela SEDH. O juiz também participa do seminário internacional Direito à Memória e à Verdade, promovido pela SEDH em parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a revista *Carta Capital*.

Hoje, em Brasília, além de visitar o Senado, Garzón vai se encontrar com autoridades dos outros Poderes e fará uma palestra em debate promovido pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.



Garibaldi participa de homenagem aos 20 anos da Constituição

Senado e Câmara lançam CD-ROM sobre Constituinte

Com o objetivo de mostrar às novas gerações o processo de transição histórica que significou a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988, os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, lançam amanhã um CD-ROM que registra os trabalhos resultantes na Constituição, a qual completará 20 anos em 5 de outubro.

A solenidade será realizada no Salão Nobre do Senado, ocasião em que será inaugurado também o Portal dos 20 anos da Constituição Cidadã, que pode ser acessado a partir dos sites das duas Casas. Na cerimônia, Garibaldi e Chinaglia devem discursar sobre a promulgação da Constituição de 1988 e o que isso significou para a consolidação da democracia brasileira.

Maturidade democrática

Na apresentação do CD-ROM *A Memória da Constituinte*, os presidentes das duas Casas Legislativas dizem que "a maturidade democrática vivida pelo país não terá mais retrocesso".

Na opinião deles, esse amadurecimento se reflete em vários aspectos da vida nacional, principalmente na alternância de poder que possibilitou a Luiz Inácio Lula da Silva e a um partido representante dos trabalhadores chegarem ao mais alto cargo da República. Isso tudo "sem contestações que implicassem rupturas institucionais", observam.

De acordo com Garibaldi e Chinaglia, essa memória dos trabalhos da Constituinte, que abrange todo o processo de elaboração da Carta constitucional, consiste em valioso material para uma melhor compreensão da realidade política e social brasileira. Esse arquivo inclui desde as discussões nas diversas comissões e subcomissões temáticas até a promulgação do texto final, com os discursos de Ulysses Guimarães e Afonso Arinos.

"Não podemos deixar de reconhecer que há um fracasso anunciado na participação brasileira em Pequim", disse o senador, referindo-se ao reduzido número de medalhas conquistadas

Alvaro Dias aponta ausência de política para os esportes

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) lamentou ontem a ausência de uma política governamental para esportes no Brasil, motivo, disse, das frustrações do país nas Olimpíadas de Pequim.

— É evidente que os brasileiros gostariam de comemorar a conquista de muitas medalhas de ouro. Não podemos deixar de reconhecer que há um fracasso anunciado na participação brasileira em Pequim. Poucas medalhas virão.

Alvaro Dias lembrou a entrevista do atleta Diego Hypólito, que pediu desculpas aos brasileiros por não ter conquistado nenhuma medalha.

— O Diego pediu desculpas do quê? Ele é vitorioso, ele cumpriu o seu papel. Afinal, o espírito olímpico exige que saibamos perder. O Diego está de parabéns, porque foi determinado, esforçou-se ao máximo, se aplicou, foi disciplinado, renunciou ao conforto em nome do preparo atlético. Ele fez o que lhe foi possível fazer em nome do Brasil. E nós temos que lhe agradecer.

Quem deve pedir desculpas, perguntou o senador, o Diego ou os governantes do Brasil? Alvaro também questionou os investimentos feitos em esporte pelos governos municipais, estaduais e federal. Conforme disse, lamentavelmente o esporte não vem sendo utilizado pelos governos como uma atividade que possibilite nem a ascensão social nem a atividade econômica, geradora de emprego, renda e receita pública.

O senador salientou que, como governador, realizou várias ações no Paraná de incentivo ao setor, ressaltando os programas Paraná Olímpico, que concedia bolsas a atletas que se destacassem no estado, e Frutos da Terra, que visava descobrir novos talentos a partir de indicações de professores de Educação Física.

O parlamentar também lamentou a sessão esvaziada da Casa, devido à campanha eleitoral, e observou



Elizav/Pfiker



João Araújo

Alvaro (foto ao lado) cobrou investimentos no setor; preparo garantiu a César Cielo (à direita, na foto acima) duas medalhas

consagrou-se como secretário e tornou-se candidato à prefeitura da segunda maior cidade do estado. O livro narra essa trajetória até os dias de hoje. Faço o registro por ser Dalton Paranaguá um político ímpar, cujo exemplo é reconhecido até mesmo pelos seus adversários de política.

Segundo Alvaro, a trajetória do médico tem a marca da dignidade, competência, honradez e disposição para o trabalho, "produtos em falta nas prateleiras da política nacional".

O senador lembrou que foi Paranaguá quem encomendou, em 1970, os projetos de viabilidade de captação de água do rio Tibagi, para abastecimento de Londrina e cidades próximas.

— Como governador do Paraná, eu tive a satisfação de realizar seu sonho 20 anos depois. Dalton Paranaguá pensava muito à frente. Quando executamos essa obra, que custou mais de US\$ 100 milhões, a cidade de Londrina já sofria com a escassez de água. Nunca mais as torneiras secaram, desde a inauguração dessa obra, já vista 20 anos antes por Dalton Paranaguá como solução para o abastecimento.

que a ausência dos senadores ontem em Plenário não é bem compreendida pela sociedade brasileira. Ele defendeu uma postura mais independente do Congresso em relação ao Poder Executivo.

Dalton Paranaguá

No mesmo pronunciamento, Alvaro Dias saudou o lançamento do livro *Dalton Paranaguá e a Construção do Futuro*, do jornalista José Antonio Pedriali. O texto conta a história do médico piauiense Dalton Fonseca Paranaguá, que passou a viver em Londrina para exercer a Medicina. Foi, depois, convocado pelo governador, à época Paulo Pimentel (1966-1971), para ocupar o cargo de secretário de Saúde do Paraná e, posteriormente, eleger-se prefeito de Londrina (1969-1973).

— A sua competência e o seu estilo inédito o levaram ao destaque imediato. Em apenas dois anos,

Geovani defende inclusão das pessoas com deficiência



Foto de Gerardo Maggela

Geovani Borges aponta dificuldade de adaptação nas próprias escolas

Geovani Borges (PMDB-AP) registrou a realização da 2ª Convenção da Pessoa com Deficiência Física, realizada no estado do Amapá, no último fim de semana, e fez uma análise da situação dos cidadãos portadores de deficiência no Brasil. Ele chamou a atenção para a necessidade de garantir a inclusão dessas pessoas, para que vivam plenamente seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos.

Geovani citou a dificuldade de adaptação nas próprias escolas e a falta de profissionais qualificados para trabalhar com os portadores de deficiência, especialmente nos pequenos municípios. Conforme afirmou, existem 6.978 escolas para alunos com deficiência no país que não estão adaptadas — apenas

2.899 têm sanitários adequados e somente 2.516 contam com dependências e vias adequadas.

O parlamentar convocou a sociedade a incentivar a realização de políticas, projetos e programas em favor das pessoas com deficiência.

Geovani também elogiou a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e Paulo Paim (PT-RS) pela discussão do projeto que cria o Estatuto do Motorista Profissional. Manifestou a expectativa de que o debate trará à tona a situação dos motoristas de carreta, que atuam em circunstâncias que "vão de encontro à segurança e à vida".

O senador informou que não estará mais no Senado em 8 de setembro, quando a proposta será discutida em audiência na CDH, pois seu irmão, Gilvam Borges, titular da cadeira, já terá reassumido.